ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: UM ESTUDO NA EMPRESA TESLA MOTORS

Prof. Rute Cristina Meurer Soares – Faculdade Sociesc de Blumenau –
rute.meurer@sociesc.org.br

Marcelo Adriano Horn – Faculdade Sociesc de Blumenau –
marcelo-horn@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No mundo globalizado atual, com a velocidade de mudança das coisas, e a criação de novas tendências, juntamente da evolução tecnológica, o ecossistema corporativo e empresarial cada vez mais almeja performance, eficiência, maior qualidade na entrega das suas soluções, entre outros. Em determinados casos, sejam pelas mais diversas razões (má gestão, crises econômicas, aumento da competitividade, não vislumbre de tendências de mercado), muitos empreendimentos acabam não obtendo resultados satisfatórios, conforme suas metas pré-estabelecidas, e precisam recorrer a sua recuperação no mercado. Mediante tudo isso, é necessário que, para o sucesso, a estrutura de uma empresa em geral caminhe em sintonia na mesma direção. Portanto, todos os setores precisam estar alinhados e envolvidos com os processos de mudança e melhoria que, em muitas vezes, são implementados na busca de se tornarem cada vez melhores. E, tudo isso, em prol de ganhos de resultados cada vez maiores.

E, para avaliar se esse retorno de resultado está ocorrendo, ou se é importante correr atrás de algum potencial prejuízo eminente, surge uma das ferramentas mais importantes da contabilidade gerencial: a análise das demonstrações contábeis. Conforme defende Reis (2003), elas traduzem as informações que estão expressas nas demonstrações contábeis, que, geralmente, são entendíveis por profissionais de contabilidade, mas que possui a necessidade de transcrever tais informações para administradores, investidores, ou pessoas interessadas no negócio, demonstrando a saúde financeira e econômica da empresa, sendo feito com o auxílio dos índices e indicadores econômicos. Essas análises podem ser feitas para micro, pequenas e médias empresas, até grandes corporações de capital aberto, por exemplo.

É necessário ressaltar que, para que se obtenha uma análise completa e correta das operações da empresa, os índices extraídos das demonstrações contábeis precisam ser analisados de forma combinada, e não apenas de maneira individual, pois podem ocorrer exceções e particularidades em determinados pontos, que são traduzidos pelas análises como um todo. Ainda é importante ressaltar que as demonstrações contábeis precisam estar convergidas às Normas Internacionais de Contabilidade, traçadas pelas NBC's e IASB, que vão garantir o alinhamento e harmonização do conteúdo definido para uso dessas análises.

A partir dos resultados dos índices resolvidos, consegue-se ver também quais pontos de gestão e aplicação de recursos financeiros estão sendo feitos incorretamente, onde, caso assim seja identificado, aumentam o poder na assertividade das decisões gerenciais. Como ponto de atenção, é preciso analisar cada situação e empresa em cada ambiente, realidade, cenário econômico, e objetivos que as empresas estão inseridas e almejando.

QUESTÃO PROBLEMA:

Quais os indicadores obtidos no processo de análise das demonstrações contábeis, podem demonstrar efetivamente a saúde econômica e financeira da empresa?

A combinação dos índices levantados durante a análise pode diagnosticar a saúde financeira e econômica da empresa, dando um parâmetro do que está correto e incorreto dentro do processo de gestão dos recursos da instituição. Fazendo uma comparação dos resultados obtidos com os balizadores pré-definidos, para definir a qualidade dos valores processados nos índices, é possível ter uma identificação consistente dos recursos aplicados no negócio.

OBJETIVOS:

Tem-se como objetivo norteador deste trabalho apresentar os índices e indicadores econômicos, com a finalidade de expor a sua importância na apuração dos resultados de uma companhia, sendo um auxílio referencial da contabilidade gerencial.

➤ OBJETIVO GERAL:

Apresentar indicadores econômicos e financeiros que sejam capazes de apontar a situação financeira de uma empresa somente com base nas Demonstrações Contábeis. Neste artigo científico, serão tratadas as análises da empresa Tesla Motors, que é inscrita na Bolsa de Valores NASDAQ, e tem suas regulações através da IASB e SEC, que fazem o controle da aplicação das demonstrações contábeis nos Estados Unidos, sede da empresa. Todo o conteúdo foi pesquisado de forma analítica, conforme será apresentado a seguir no decorrer deste artigo.

➤ OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Apresentar a estrutura das demonstrações contábeis;
- b) Elencar e calcular os indicadores econômico-financeiros;
- c) Analisar e interpretar os indicadores econômico-financeiros;

Em suma, a análise das demonstrações contábeis, com seus índices e indicadores bem apresentados, pavimenta uma comunicação entre a área contábil, ou controladoria, com administradores, diretores e conselheiros executivos em geral, demonstrando como a empresa está em sua forma financeira, em uma linguagem mais direta. Nestes aspectos, é sempre relevante considerar e respeitar as informações que as próprias análises podem trazer, tendo em vista tendências de mercado, eventuais crises financeiras, políticas, sociais e econômicas, um potencial mau alocamento de recursos, entre outros.

2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Uma boa gestão de um negócio, depende de vários fatores, e, seja para aumentar o faturamento, entrar em um novo nicho de mercado, ou até mesmo atravessar um momento de crise econômica, é essencial que a administração tenha noção da saúde da empresa, e, na parte da saúde financeira da companhia, os valores fornecidos pela contabilidade são de muita valia. Porém, nem sempre estas informações aparecem de uma forma clara, ou até mesmo objetiva. Então, vem o surgimento da figura da Análise das Demonstrações Contábeis, que irão traduzir as informações da contabilidade para a forma de índices, dando mais clareza e agilidade no processo de análise por parte dos gestores. Como o diagnóstico da empresa será facilitado, as tomadas de decisão e ações também serão otimizadas.

Como a Análise das Demonstrações Contábeis vai além de informações qualitativas e quantitativas (além de apenas uma análise numérica), o grau de qualidade e fidedignidade das informações precisam ser estritos e bem acurados, caso contrário, correm-se sérios riscos de escolhas falhas, pois, todo embasamento estratégico pode estar fundamentado no que se apresentará.

Como diz Padoveze (2004) em sua obra, as demonstrações contábeis que possuem influência na Análise das Demonstrações Contábeis, para uma visão agregada da empresa, são:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado do exercício;
- Demonstração do fluxo de caixa;
- Demonstração das origens e aplicações de recursos;
- Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

No conjunto destas demonstrações, é possível extrair diversos índices, que irão agregar conhecimento ao gestor para tomadas de decisões mais assertivas.

Segundo Matarazzo (2003), para definir quantos índices são necessários para uma boa análise, é dito que o importante não é a grande quantidade de índices por análise, mas um conjunto destes específicos, ou um grupo de índices que satisfaçam a necessidade da empresa, e que permitam fazer uma boa análise em determinado período. Em resumo, precisa existir uma objetividade nos índices apresentados e calculados, pois, quanto maior a sua quantidade, não se aumenta proporcionalmente a qualidade de informações relevantes para a análise.

A análise de índices tradicionais de indústrias e comércios deve ter, no mínimo, 4 (quatro) índices, não tendo a necessidade de conter mais do que 11 (onze) índices (MATARAZZO, 2003). Portanto, uma boa observação do conteúdo que as demonstrações contábeis podem trazer, pode causar um reflexo e resultado mais efetivo, com as ações de estudo dos valores sendo mais objetivas.

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Contabilidade é uma ciência que já existe há muito tempo, e da mesma forma que ela é antiga, ela vem evoluindo e se reinventando. Antigamente, via-se a Contabilidade apenas como um instrumento de informações solicitadas pelo Fisco, que tinha a necessidade de registrar se era correto para cada operação o recolhimento de tributos para as operações da empresa. Porém, ao longo do tempo, foi percebido o valor da utilização destas mesmas informações, voltadas para o âmbito gerencial e tomadas de decisão dos rumos do negócio.

Dentre muitas informações que a Contabilidade pode contribuir, umas delas é referente às Demonstrações Contábeis, que fazem parte da NBC TG 26, tendo o controle do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), baseado na Lei 6.404/76, também conhecida como “Lei das Sociedades por Ações”.

Conforme definição promulgada pela própria NBC TG 26, as Demonstrações Contábeis informam, de uma forma geral, as suas movimentações contábeis dentro de um exercício, aos usuários com interesses no negócio, como gestores, diretores, instituições governamentais, instituições financeiras, mercado de ações, e usuários internos e externos em geral, que desejam ter algum conhecimento sobre a saúde financeira da empresa. Elas tratam as informações vindas da contabilidade com o propósito de fornecer os dados e movimentações contábeis de uma instituição para usuários externos, que não possuem uma exigibilidade em possuir um relatório específico destas movimentações.

Para o seu levantamento, é necessário efetuar vários procedimentos de convergência que estão detalhados nas NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade, na Lei das Sociedades por Ações, no

Regulamento do Imposto de Renda e em normas expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Dentro destas análises, o que se faz a sua composição, são os seguintes componentes:

2.1.1 Balanço Patrimonial

Apresentação pela NBC T 3.2, conceitualmente, é a demonstração contábil que evidencia a posição patrimonial e financeira da Entidade, de forma qualitativa e quantitativa.¹

O Balanço Patrimonial é constituído pelo:

- **Ativo:** demonstra os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos da entidade, que podem trazer benefícios econômicos futuros (REIS, 2009). Suas contas são classificadas por grau de liquidez, do maior para o menor, dos elementos ali representados. Ou seja, quanto maior for a facilidade em transformar aquele ativo em dinheiro em espécie, mais ao topo do balanço patrimonial ele estará.
- **Passivo:** registra as origens de recursos representados pelas obrigações com terceiros, resultantes de eventos ocorridos (REIS, 2009). Sua classificação tem ordem em sua exigibilidade, do maior para o menor. Ou seja, o que tiver o seu vencimento por primeiro, tem sua ordenação por primeiro também.
- **Patrimônio Líquido:** são recursos próprios da Entidade, que também representam a origem de investimentos da empresa (por isso, faz parte do Passivo). Seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo. Neste caso, quando o saldo do PL aumenta, significa que a empresa ficou mais rica, e quando o saldo do PL diminui, a empresa ficou mais pobre. Sobre como surge o Patrimônio Líquido, Matarazzo (2003) compreende que são “os recursos que os sócios entregaram à empresa”. Esse Capital declarado é meramente informativo, tendo em vista que os sócios entregam seus patrimônios, que são representados por dinheiro, ou outros bens.

Como também explica Reis (2009), os valores que a empresa utilizará para fazer com que o seu negócio funcione efetivamente (na sua parte econômica), estarão dispostos no lado do Ativo, no sentido de “produtivo, dinâmico, eficiente”. Já no lado do Passivo, não se encontrará nenhum valor que seja da empresa, de fato. Apenas terá fontes de recursos de onde a empresa extraiu dinheiro, que possibilitam a ela ter o Ativo.

2.1.2 O Demonstrativo de Resultados

Essa demonstração evidencia o resultado líquido do exercício, resultante das somas das receitas, diminuídas dos custos e despesas apuradas, segundo o regime de competência. A também conhecida como Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), oferece um resumo da situação financeiro-econômica dos resultados operacionais de uma empresa em certo período (REIS, 2003). Como é um instrumento muito importante a ser analisado, ele geralmente é feito mensalmente pela administração e trimestralmente para fins fiscais. Já a sua divulgação é feita anualmente.²

O autor Matarazzo (2017) também comenta que a Demonstração do Resultado do Exercício é o resultado dos aumentos e diminuições causados no Patrimônio Líquido, conforme as operações

¹ Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t32.htm/>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

² Disponível em <<https://blog.egestor.com.br/demonstracao-do-resultado-do-exercicio-dre-saiba-tudo-respeito/>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

da empresa. Estes resultados são apresentados sob a ordenação de acordo com a sua natureza, trazendo informações significativas sobre a empresa.

Conforme é dito pela NBC T 3.3, a DRE, apresenta de forma vertical e resumida o resultado líquido apurado sobre as operações de uma instituição, realizadas em um determinado período. Ao evidenciar como foi formado o lucro ou prejuízo através desse demonstrativo, é possível identificar as variações do patrimônio líquido, refletido no Balanço Patrimonial. Esta demonstração deve ser feita seguindo o regime de competência.³

2.1.3 Notas Explicativas

A função das Notas Explicativas é de trazer dados e informações sobre as demonstrações financeiras emitidas. Nelas, é abordada a relação de taxas de juros, vencimentos e garantias de obrigações, assim como podem fornecer critérios contábeis utilizados na avaliação de alguma conta ou grupo de lançamentos, avaliação de estoques, depreciação, entre outros. De modo geral, o principal objetivo das Notas Explicativas é de complementar e traduzir as informações geradas nas demonstrações contábeis, a fim de facilitar o seu entendimento, ou suplementar dados que podem não ficar evidentes durante as demonstrações (MATARAZZO, 2017).

A NBC T 6.2 trata do mínimo de informações que as Notas Explicativas precisam ter, que são “informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social, bem como os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis e eventos subsequentes ao balanço.”. Ou seja, deve-se segregar e detalhar toda e qualquer informação que está subentendida nos números. Ainda, as informações que serão atribuídas às Notas Explicativas devem ter integridade, idoneidade e relevância, apresentados com textos simples e objetivos. Como uma observação importante, os assuntos abordados devem seguir a mesma ordem designada nas demonstrações contábeis, com estes mesmos assuntos sendo agrupados em suas características comuns.⁴

O conjunto completo das demonstrações contábeis ainda inclui a Demonstração do resultado abrangente do período (DRA), Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período (DMPL), Demonstração dos fluxos de caixa do período (DFC) e Demonstração do valor adicionado do período (DVA), conforme NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente. Porém, neste artigo científico, nos ateremos apenas às análises do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas, compreendendo sua visão dentro das normas de contabilidade, que obtiveram um salto de qualidade e transparência de informações, dentro da sua convergência.

2.2 NORMAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS E INTERNACIONAIS

As normas contábeis sempre sofreram variações entre os países aos quais elas são aplicadas. Ao longo do tempo, foram adotadas uma série de regras e leis específicas para tentar determinar um padrão, e, em uma história mais recente, criou-se uma internacionalização para a contabilidade, compiladas pela IASB (em inglês, *International Accounting Standards Board*). O IASB publica seus padrões em uma série de pronunciamentos que são chamados *International Financial Reporting Standards* (IFRS), e também adota os padrões emitidos pelo IASC, que continuam sendo chamados *International Accounting Standard* (IAS), nas suas regras criadas em um passado um pouco mais distante (VASCONCELOS, 2017). As IFRS tem o objetivo de unificar as normas contábeis em grandes países, trazendo um padrão para a maior parte da linguagem contábil. Ainda existe a

³ Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t33.htm/>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

⁴ Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t62.htm/>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

International Federation of Accountants (IFAC), que emite orientações técnicas e profissionais e promove o uso da IASB.

No Brasil, as empresas seguem a adoção das NBC's, que são as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas e controladas pelo CFC⁵. Já o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) emite os Pronunciamentos Técnicos da Contabilidade em geral, juntamente com o estudo, o preparo e a divulgação de informações dessa natureza. Ou seja, o CPC controla as emissões das NBC's que são feitas pelo CFC, e se preocupa em fiscalizá-las, convertendo-as para as Normas Internacionais de Contabilidade.

Todos os pronunciamentos e normas contábeis seguidos nos Estados Unidos são chamados de GAAP⁶, também conhecido como *Generally Accepted Accounting Principles*, que pode ser traduzido por Princípios Contábeis Geralmente Aceitos, e estes são emitidos pela FASB, sendo um órgão que é responsável pela criação e regulamentação das práticas, princípios e normas contábeis. A expressão GAAP também pode ser encontrada em outros países, sendo precedido da sigla do respectivo local que está sendo aplicado. Nos Estados Unidos, por exemplo, é utilizada a terminologia US GAAP. Já no Brasil, podemos encontrar os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos como BR GAAP, que é tratado como o conjunto/resumo de normas que regem as situações contábeis no Brasil, sendo as normas aplicadas apenas localmente.

Ainda existe a participação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), no Brasil, e a SEC (*Securities and Exchange Commission*), nos Estados Unidos, que possuem as mesmas funções, basicamente, em cada país respectivo, que são de fiscalizar, regular e desenvolver o mercado de valores mobiliários, e ainda adotam o padrão contábil das leis vigentes localmente. Ainda, no tocante às Demonstrações Contábeis, as comissões fiscalizam se os procedimentos estão sendo feitos dentro das normas e padrões pré-estabelecidos, pelo CFC e IASB, em convergência com a IFRS.

Todo o processo de harmonização e padronização das regras contábeis tem a função de comparabilidade, melhor análise de informações, qualidade, relevância e pertinência dos dados contábeis, entre outros (DASILVA; DUQUE; SOARES, 2016). Devido a demanda crescente da globalização e comunicação entre mercados estrangeiros, viu-se a necessidade da criação de normas padronizadas e mundiais. Com essa ideia, buscava-se, uma convergência de comunicação em uma linguagem universal das regras e normas, melhorando a interpretação de informações, como em unidades de empresas em diferentes países, ou até para a assimilação de investidores, que poderiam ter conhecimento e noção de critérios adotados em seus países de investimento. Quando se fala em padronização, diz-se em seguir apenas uma única norma para todo um conjunto especificado, ao qual ela está inserida. Na harmonização, o intuito é se adaptar as legislações ainda vigentes em cada país, pois existem peculiaridades que demandam o seguimento e manutenção das suas próprias regras, por questões fiscais e comerciais. Como desvantagem, foi identificada a subjetividade e auto interpretação que pode ocorrer nas análises dos resultados, aumento do risco da contabilidade criativa, e julgamento do conceito de valor justo entre as empresas, levando a um risco maior de manipulação de dados.

No geral, o respeito às normas e a harmonização com a internacionalização da contabilidade é essencial para a entrega de dados condizentes com as demonstrações contábeis geradas, fazendo assim, com que exista confiança nos valores produzidos, dando credibilidade a qualquer certificação feita e atestada pelos indicadores econômico-financeiros, que serão vistos logo a seguir.

⁵ O CFC refere-se ao Conselho Federal de Contabilidade, que possui o princípio de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

⁶ Disponível em <<https://www.treasury.com.br/blog/ifrs-x-br-gaap-x-us-gaap-gestao-orcamentaria/>>. Acesso em: 09 de maio de 2019.

2.3 INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Nas variantes que algumas normas podem apresentar (em determinados países), os valores que são organizados dentro das demonstrações contábeis podem se tornar mais digestíveis a leitura e entendimento, não sendo necessário um entendimento mais aprofundado de alguma lei que se incide sobre aqueles fatos contábeis. É neste momento que surge a Análise das Demonstrações Contábeis, que, segundo Cavalcante (2017), possuem como objetivo analisar e avaliar os resultados financeiros, econômicos e patrimoniais de uma empresa, em comparação aos períodos passados, auxiliando na criação e comparação de metas ou diretrizes preestabelecidas pela organização. Através destas análises, ainda é possível fazer uma comparação das tendências econômicas onde a empresa está inserida, avaliando o andamento do seu negócio perante o mercado, possibilitando aos gestores tomarem decisões de financiamentos e investimentos, assim como implementarem mudanças de práticas e conceitos, se os cenários projetados não estiverem conforme o planejado.

Como conceito definido por Padoveze (1994, apud IÇO; BRAGA, 2000 e 2001), através da análise, são extraídos indicadores de desempenho, que são números que esclarecem e simplificam o entendimento da situação da empresa, tendo por intenção diagnosticar potenciais problemas e riscos, aferir projeções de fatos futuros e auxiliar a administração da companhia na ênfase de esforços a serem seguidos para o sucesso do negócio. Também existem particularidades, onde algumas empresas criam indicadores específicos, por necessidade de uma demanda, ou quando as análises são feitas diretamente com as informações gerenciais, ou para outras situações pontuais de cada empresa.

2.3.1 OS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Em obra de Marion (2012), comenta-se que em muitos negócios que fracassam, ocorre um grande problema em relação à liquidez, como o cálculo inadequado de capital de giro e de estoque, por exemplo. Ou seja, se estes ativos não são corretamente dimensionados dentro do negócio, podem ocorrer desajustes no que se refere à entrada de dinheiro em caixa e pagamento em curto prazo. Ainda, em consequência desse fato, a rentabilidade também diminui, por resultado de baixas vendas, afetando o lucro do negócio. Por isso, a empresa deve apresentar quantidades suficientes de estoque, onde suas vendas e seu giro possam pagar suas dívidas nos seus devidos prazos.

Nestas situações, entram em ação a leitura dos índices de liquidez, que auxiliam o gestor a identificar como o seu negócio está evoluindo, do ponto de vista gerencial. Conceitualmente, nas palavras de Padoveze (2004), a criação dos indicadores de liquidez está na necessidade de “avaliar a capacidade de pagamento da empresa”. Em suma, compreende-se como liquidez (considerando também a origem da palavra, que fala em “disponibilidade da moeda para a empresa”), como a capacidade da transformação dos bens, registrados no Ativo em dinheiro líquido, junto com a avaliação do cumprimento das obrigações da empresa, com seus terceiros. Ao analisar esse dado, pode-se aferir o quão líquido os ativos da empresa estão. Em um estudo de caso publicado pela empresa de auditoria independente PricewaterhouseCoopers, conceitua a liquidez também como a capacidade de uma empresa em cumprir com os seus compromissos financeiros, dentro de suas respectivas datas de vencimento.

2.3.1.1 Liquidez Corrente

Como comenta o professor Cavalcante (2017) em sua obra, o índice de liquidez corrente mostra a liquidez dos pagamentos de uma empresa a curto prazo. A fórmula utilizada é:

$$\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Como uma forma balizadora de análise, o resultado deste cálculo deve ser superior a 1,00, para ser considerado satisfatório. Porém, é sempre aconselhado que o índice nunca seja analisado de

forma isolada em si, sem levar em consideração outras variáveis e condições às quais a empresa pode estar inserida, pois, o resultado que é analisado neste índice representa uma imagem do que está registrado no Balanço Patrimonial, e esta informação é mutável. Ou seja, o índice pode ser inferior a 1,00 naquele momento, mas no dia seguinte, realizando vendas com lucros, podem ser suficientes para aumentar esse valor (PADOVEZE, 2004).

2.3.1.2 Liquidez Seca

Padoveze (2004) comenta que, o cálculo da liquidez Seca, traduz-se em:

$$\text{Ativo Circulante - Estoques - Despesas do exercício seguinte} / \text{Passivo Circulante}$$

Essa fórmula é semelhante ao primeiro índice, com a exceção da remoção dos valores de estoque, tratados neste atual, dando um valor mais próximo da realidade. Matarazzo (2017) reforça que a exclusão dos estoques no cálculo serve para ver o quão dependente a empresa está das suas vendas para gerar valores de caixa. Este índice ainda possibilita a empresa desconsiderar o seu estoque por algum problema de vendas, distribuição, ou outros problemas, em uma contagem de que este valor não será recebível. Caso seja feito um refinamento do resultado, pode-se desconsiderar também as despesas do exercício seguinte, que são os gastos desembolsados antes da utilização de um item adquirido.

Ainda é interessante levar em consideração o tipo de negócio ao qual será aplicada a fórmula, pois, os estoques de empresas comerciais tendem a ser mais realizáveis/líquidos, possuindo um fluxo de venda mais facilitado, onde se considera o produto já estocado e pronto. Já uma indústria, tem um ciclo operacional maior, que vai da transformação da matéria-prima, estoques em elaboração, até o produto acabado, tudo antes de ocorrer as vendas (PADOVEZE, 2004).

Não existe um parâmetro padrão como balizador, avaliando a qualidade do dado. Por avaliação prática de alguns autores, chegou-se a um consenso de que o resultado do índice acima de 0,50 é aceitável para um comércio, e acima de 0,70 é aceitável para uma indústria. Porém, em regra geral, se considera que, quanto maior é o valor, melhor é o seu desempenho (PADOVEZE, 2004).

2.3.1.3 Liquidez Geral

A intenção do índice de Liquidez Geral é de evidenciar a capacidade de pagamento geral da empresa, vislumbrando os valores a um longo prazo. Em seu cálculo, trabalha-se com todos os ativos realizáveis (curto e longo prazo), e todos os passivos exigíveis (curto e longo prazo). De modo geral, é a divisão do total de Ativos, pelo total de Passivos, com exceção de Ativos Imobilizados e Patrimônio Líquido, respectivamente (COSTA; SOUSA; SOUSA, 2007). A fórmula para se chegar no resultado é:

$$\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}$$

Costa et al. (2007) destaca que o indicador ajudará a demonstrar a saúde financeira do negócio, porém, com certas dificuldades de análise, pois, não existe um parâmetro fixo de valor ideal, podendo ser até menor que 1,00. Essa dificuldade de análise ocorre, pois o fato de lidar com registros a longo prazo pode deturpar uma visão de liquidez de recebimentos (de curto prazo), com a inclusão de pagamentos a longo prazo, onde, por exemplo, no fluxo operacional de vendas de uma empresa, tem-se um previsão de recebimentos na conta de Duplicatas a Receber em 30 dias, porém, mistura-se um empréstimo bancário que possui o prazo de pagamento de 36 meses. Neste ponto, teoricamente, a empresa não teria saldo para pagar as suas dívidas, mas o seu financiamento está parcelado em um período muito maior do que o recebimento programado a entrar, dando uma elasticidade em suas contas e projeções. Ou seja, esta visão não é identificável através do índice. Como também é comentado por Reis (2009), a liquidez geral pode ser mais baixa do que a liquidez corrente, pois a

entidade possui mais disponibilidade de tempo para angariar recursos e cumprir com os seus compromissos.

Na comparação entre os índices de liquidez corrente e liquidez geral, pode-se observar que, se a liquidez geral for menor do que a liquidez corrente, a empresa está se utilizando muito de capitais de terceiro a longo prazo. Se estiver ocorrendo o oposto, com a liquidez geral sendo superior à liquidez corrente, demonstra-se que foi adicionado um valor em proporções muito maiores dentro dos itens realizáveis a longo prazo (ativo), do que os valores adicionados nos itens exigíveis (passivo) a longo prazo, com a instituição obtendo mais entradas de recurso, do que mais saídas. Caso os índices sejam semelhantes, podem não existir valores a longo prazo, ou ainda, os aumentos dos valores realizáveis foram proporcionalmente iguais, ou semelhantes, aos aumentos dos valores exigíveis (REIS, 2009).

Na visão de Matarazzo (2017), esse indicador não é recomendado para uso, pois não acrescenta no processo de análise, dando uma visão disfarçada e parcial da informação. Porém, é visto que a utilização do índice pode ser de grande valia quando esta for analisada de forma independente dos demais índices, ainda evidenciando e isolando os seus números dentro de diversos períodos, explorando vários cenários de negócio, sendo meses e até anos de exercícios. Caso deseje-se uma visão de pagamento à curto prazo, recomenda-se a aplicação do índice de Liquidez Corrente. Para uma ideia amplificada de valores, encaixando todas as movimentações e índices, é interessante analisar todos os índices em conjunto, onde um pode contrabalancear o outro, dependendo da situação.

2.3.2 OS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

A finalidade dos índices de endividamento, analisado em conjunto com os demais índices, é de revelar a participação das principais contas do balanço patrimonial, em comparação ao valor investido de capital próprio, na conta de patrimônio líquido. O seu objetivo é demonstrar o grau de financiamento dos ativos subsidiados pelo capital de terceiros e próprios, vendo ainda se a empresa possui a dependência de recursos vindo de fonte externa (PADOVEZE, 2004).

Quando se recorre a palavra “endividamento”, as primeiras ideias obtidas são de viés negativo. E, de fato, a parte de endividamento das empresas se dá na relação de recursos que a empresa está contraindo com capital de terceiros, como empréstimos, financiamentos e investimentos no capital próprio, com retorno aos acionistas, como já citado acima. Mas, nem sempre o aumento de uma dívida é algo negativo, pois, elas podem servir para que a empresa cumpra as suas obrigações (o que não é algo bom, pois o negócio acaba não sendo sustentável), como pode ser positivo, sendo um caminho para investimentos de crescimento, como aumento de produtividade e redução de custos.

No caso dos investimentos, a ideia de um endividamento projeta um retorno de resultado, que irá cobrir a dívida feita, e ainda trará demais resultados positivos, como aumento de receita, e o lucro. Porém, em nossa atual realidade, a maior parte do endividamento se dá para acobertamento de dívidas, que são ocasionadas por falta de planejamento financeiro, falta de vendas (que também tem relação com a falta de planejamento financeiro), e a dependência de capital de terceiros para operação do negócio, que faz com que a empresa sempre precise buscar empréstimos e financiamentos para liquidar essa conta. Crises econômicas, falta de reservas de contingência para problemas gerais, e demais gastos imprevistos podem levar ao aumento deste índice, mas que pode ser controlado com as devidas análises feitas corretamente.⁷

2.3.2.1 PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS

⁷ Disponível em <<https://www.jornalcontabil.com.br/voce-conhece-os-indices-de-endividamento-fique-atento-ao-grau-de-dividas-da-sua-empresa/>>. Acesso em: 08 de junho de 2019.

Como o próprio nome já se apresenta, este índice demonstra a quantidade de recursos de capital de terceiros incorporados ao balanço patrimonial, demonstrando sua dependência dele à sustentação do negócio. Sua fórmula é:

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} / \text{Patrimônio Líquido}$$

Para aceitação ideal, o recomendável é que o resultado do cálculo da fórmula seja inferior ou até 0,60, com a tendência de sempre possuir os menores valores possíveis. Em resultados próximos a 1,00, mostra grande dependência dos recursos de terceiros.⁸

Um inchamento deste valor também pode ter outras interpretações, além de negativas. Como o próprio intuito do índice de endividamento já foi comentado, uma grande participação de capital de terceiros nem sempre é um problema, tendo em vista que, a intenção da dívida pode ser de aumentar os investimentos, ou ainda pode tratar uma obtenção de remuneração destes recursos, que é maior do que o lucro do negócio naquele momento, mantendo os valores do passivo em investimentos com taxas de juros atrativas e rentáveis. Também, pode se contar em demais estratégias de administração financeira em depender-se de recursos externos, em vez de injeções de capital próprio, por conta de bons relacionamentos com bancos (empréstimos e financiamentos com baixos juros, sem desembolsar valores de outros lugares), como pode ser algo limitante nos poderes decisórios do negócio em contrapartida, vendo capitais de investidores sendo diluídos e utilizados na manutenção da empresa, onde aumentam a participação e influência de decisões externas. Portanto, este índice, que também é chamado de Grau de Endividamento, deve ser analisado no posto de vista financeiro, e não em relação aos seus lucros e prejuízos (TÉLES, 2003).

2.3.2.2 IMOBILIZAÇÃO DO RECURSOS NÃO CORRENTES

O índice também conhecido como Imobilização em Recursos Permanentes, representa a porcentagem de recursos próprios (do Patrimônio Líquido) e de capital de terceiros (Exigível a Longo Prazo) que estão investidos no Ativo Permanente (TÉLES, 2003). A sua fórmula se resume em:

$$\text{Ativo Permanente} / \text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}$$

Em sua obra, Braga (1999) comenta que, por Ativos Permanentes se tratarem de aplicações a longo prazo, estas sofrem uma lenta recuperação de valor, tendo em vista suas depreciações, amortização, etc., e o recomendado é a aquisição por recursos próprios, garantindo tais aplicações. Caso não existam recursos próprios disponíveis o suficiente (ou sejam aplicados em desembolsos considerados mais importantes para a organização), pode-se utilizar os recursos de capital advindo de terceiros, no longo prazo.

Em regra geral de avaliação, o resultado da fórmula segue o sentido de “quanto menor, melhor”, onde o índice ideal deve ser menor do que 1,00. Porém, podem ocorrer exceções a este valor, onde se é feito um estudo aprofundado antes da captação de recursos externos para se financiar os ativos permanentes, podendo ser potencialmente mais apropriado e benéfico nos planos financeiros e orçamentários no negócio. Um ponto de atenção importante deve ser considerado quando a obtenção do Ativo Permanente for efetuada com recursos do Passivo Circulante (curto prazo), pois pode caracterizar, um potencial processo de insolvência (BRAGA, 1999).

Se o índice for igual a 1,00, significa que todo o Ativo Permanente está sendo subsidiado pelo capital próprio e o Ativo Circulante custeado por fontes externas de recursos. Caso o quociente seja inferior a 1,00, mostrará que uma parte dos recursos próprios estarão disponíveis no Ativo Circulante, ou no Realizável a Longo Prazo. Se o índice for superior a 1,00, significa um capital de terceiros financiado no Ativo Permanente, onde, sempre deve-se apurar qual o tipo de fonte externa que está

⁸ Disponível em <<https://portaldeauditoria.com.br/analise-de-balanco/>>. Acesso em: 08 de junho de 2019.

suplementando o capital (BRAGA, 1999). Com os recursos próprios e de terceiros bem geridos, podem-se ter sobras e reservas de capital, que, se bem utilizadas, trarão benefícios econômicos para a empresa, podendo ser focados em investimentos, e passando futuramente pela análise dos índices de rentabilidade, externando a qualidade da aplicação destes patrimônios.

2.3.3 OS ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Dentro dos conceitos existentes, é necessário definir algumas terminologias, para melhor entendimento de cada análise, como a diferença entre rentabilidade e retorno. A rentabilidade será o quanto de ganho financeiro um negócio terá sobre um investimento feito, e o retorno é considerado como o lucro da empresa. Então, os índices de rentabilidade têm a função de mostrar, de forma quantificada, os rendimentos dos investimentos feitos pela empresa.⁹ Como é explanado pelas palavras de Reis (2003), os índices de rentabilidade medem o quanto o capital próprio e de terceiros podem produzir de lucro, enquanto aplicado no negócio.

Um das principais utilidades do índice é de informar aos sócios e acionistas em geral a remuneração dos recursos aplicados, pois conseguem ter uma visão direcionada e simplificada pelo seu quociente. Ainda, na análise destas informações, pode-se extrair várias ideias de lucro, indo do bruto, ao líquido. Pode ser encarado como um indicador de desempenho para avaliar se os investimentos feitos pelo negócio estão sendo rentáveis e lucrativos, e, caso não estejam sendo, é possível traçar planos de ação para recuperação dos valores, como aumento de vendas, aumento de lucros, criação e desenvolvimento de estratégias de marketing, otimização de produção, entre outros. Os índices de rentabilidade podem abordar e equacionar os retornos que a empresa está gerando em relação aos investimentos, ativos e patrimônio líquido. Em suma, combinados com os demais indicadores, pode-se avaliar se a empresa está tomando os caminhos certos para seu sucesso, com a validação de seus resultados e sua saúde financeira.^{10 11}

2.3.3.1 ROI - RETORNO SOBRE O ATIVO - RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO

Indica o montante que a empresa terá de lucro em comparação ao que ela investe de modo geral, que pode ser em contas específicas de investimento, no Ativo Total, ou no Patrimônio Líquido. Neste tópico, apenas será feita a explicação direcionada ao Ativo. A abreviatura vem do inglês, que é *Return On Investment*, onde sua fórmula se dá em:

$$\text{Lucro Operacional} / \text{Ativo Total}$$

Na visão de Reis (2003), na análise do resultado, presume-se que a cada \$ 1,00 investido (valores do ativo), produz-se um x por cento de lucro, e quanto maior o valor, melhor é o seu resultado. Mas, ainda na posição de Reis (2003), o valor mais interessante a ser considerado no lugar do total do Ativo, é valor do Ativo Médio, que é a média ponderada dos totais do Ativo dos últimos dois anos¹². Essa média ponderada consegue trazer valores mais próximos da realidade, apesar de ser um cálculo adicional a ser feito.

Segundo citação de Marion (2002), “investimento é toda a aplicação realizada pela empresa com o objetivo de obter lucro (retorno)”, ou seja, tudo que se adquire e que vai para as contas do Ativo, possui um valor para o negócio, que combinados, têm a intenção de produzir lucro de alguma

⁹ Disponível em <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/indices-de-rentabilidade/20009/>>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

¹⁰ Disponível em <<https://news.contabilivre.com.br/indices-de-rentabilidade/>>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

¹¹ Disponível em <<https://blog.softwareavaliacao.com.br/indicadores-de-rentabilidade/>>. Acesso em: 13 de junho de 2019.

¹² Disponível em <<https://blog.softwareavaliacao.com.br/indicadores-de-rentabilidade/>>. Acesso em: 13 de junho de 2019.

forma. A análise do índice provoca essa mensuração, de visualizar se os ativos estão sendo bem investidos, e se estão trazendo o devido retorno esperado pela entidade.¹³ Todos esses investimentos podem estar combinados nas contas de disponíveis, estoques, imobilizados, investimentos, entre outras, e a conjunção e extração de todos os valores proporcionará o lucro, ou o prejuízo.

Vale destacar que a visão do ROI/ROA se dá somente em um período específico de tempo, que é o período de apuração e exercício do Balanço Patrimonial, naquele determinado momento. Neste caso, todo o pensamento de investimento e retorno obtido sobre ele também deve ter essa consideração, pois um Balanço Patrimonial de um período anterior pode não mostrar a real situação da empresa no exercício corrente, tendo em vista que os registros contábeis do Balanço Patrimonial são gravados de forma estática, diferentemente dos valores descritos na DRE, que possuem uma dinamicidade maior. Então, não deve ser ignorado possíveis movimentações posteriores a esse período de análise, que possam levar a modificação de valores, ou interpretações diferenciadas.¹⁴

2.3.3.2 RPL - RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O RPL, conhecido como Retorno sobre o Patrimônio Líquido (em inglês, *Return on Equity*), mostra qual a capacidade de geração de lucro de um negócio, com o dinheiro de investimento de acionistas.¹⁵ Também, pela ótica de Frezatti (2001), além do ROI, esse é considerado o indicador mais utilizado pelas empresas norte-americanas, em análise da revista Fortune conforme Rappaport (1998:13, apud FREZATTI, 2001). Pela perspectiva do acionista, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido, é a análise mais escolhida a ser apresentada, calculada a partir das informações gerenciais da organização.

Esse retorno reflete o quanto houve de ganho, em porcentagem, sobre o dinheiro investido no Patrimônio Líquido, baseado nos lucros gerados pela organização, seja pela boa eficiência, boas estratégias de negócio, e outros (ASSAF NETO, 2015). A sua fórmula é exprimida como:

$$\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$$

O resultado é a proporção de ganho para cada \$ 1,00 investido pelos acionistas. Como base de cálculo, também se utilizam valores médios do Patrimônio Líquido, assim como é feito no ROI.¹⁶ A sua agilidade e facilidade no cálculo e interpretação, tem como seus bons argumentos de uso, resumindo o foco da análise (FREZATTI, 2001). A questão é que existem limitações que são observadas na análise, e, conforme Rappaport (1998:13, apud FREZATTI, 2001) cita, são os problemas de:

- Relacionamento distante entre retorno sobre investimento e valor da empresa: Apesar dos resultados apresentados no índice, nem sempre o seu resultado positivo vai espelhar a realidade da valoração do negócio. Para o acionista, o interessante é a visão de crescimento da empresa através de outras métricas (ou indicadores, inclusive), relacionando com o ROI.
- O risco não considerado na avaliação: novamente, no julgamento do índice de forma isolada, é provável que não seja percebido os riscos do negócio e os riscos financeiros, pois estas

¹³ Disponível em <<https://blog.softwareavaliacao.com.br/indicadores-de-rentabilidade/>>. Acesso em: 13 de junho de 2019.

¹⁴ Disponível em <<https://blog.softwareavaliacao.com.br/indicadores-de-rentabilidade/>>. Acesso em: 13 de junho de 2019.

¹⁵ Disponível em <<https://blog.softwareavaliacao.com.br/indicadores-de-rentabilidade/>>. Acesso em: 13 de junho de 2019.

¹⁶ Disponível em <<https://blog.softwareavaliacao.com.br/indicadores-de-rentabilidade/>>. Acesso em: 13 de junho de 2019.

informações não são traduzidas no lucro contábil, visto através da análise do Balanço Patrimonial.

- O retorno sobre o Investimento só captura um exercício na avaliação: no resultado da fórmula só se está considerando a movimentação específica de um período, geralmente um dado ano. Então, a informação não agrega o panorama de outros períodos não analisados. Se ainda forem calculadas as médias para mais de um período, existirão mais distorções no caminho da análise (FREZATTI, 2001).

2.3.4 EBITDA

Na busca sobre retornos e resultados de investimentos, ocorre o indicador que é considerado complexo, porém completo: o EBITDA. Ele dá uma forma de avaliação de lucro da empresa, descontando quaisquer ganhos financeiros, para demonstrar de uma forma líquida apenas o lucro gerado pela atividade-fim da empresa.¹⁷ Por agregar as informações de lucros obtidos de uma forma mais clara, a ideia do índice é de medir a capacidade de geração de caixa, e o desempenho geral da administração (DEBASTIANI; RUSSO, 2008). No Brasil, esse indicador é conhecido como Lajida, que é o Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (IÇO; BRAGA, 2000 e 2001).

Como comenta Diaz (2002), registros datam o surgimento do EBITDA por volta do ano de 1960, mas a prática do uso começou a ser difundida nos Estados Unidos nos anos de 1980. Já segundo analistas, o surgimento do EBITDA no Brasil ocorre em meados de 1994, com a abertura do mercado externo, e novas práticas e modernizações à análise, tendo em vista a globalização de mercado e a atração de investidores internacionais para os negócios nacionais (IÇO; BRAGA, 2000 e 2001).

Nos primórdios do cálculo, é necessário saber qual o lucro operacional da empresa que é a receita operacional líquida, retirando os custos, despesas administrativas, comerciais e operacionais. Ao ser feito isso, a fórmula do EBITDA pode ser aplicada como:

$$\text{Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e Receitas/Despesa Financeira} + \text{Depreciação} + \text{Amortização}^{18}$$

Como vantagens do uso desse indicador, é possível mensurar os resultados da empresa de uma forma objetiva, desconsiderando efeitos financeiros e eventuais alterações contábeis, que reflitam no resultado do Balanço Patrimonial. É possível ainda saber a origem dos recursos, ganhos e prejuízos, onde por isso se torna um índice muito avaliado por investidores, acionistas e instituições financeiras nos processos decisórios do negócio. As modificações no EBITDA mostrarão a situação da empresa, onde, se o indicador aumenta, a empresa está atingindo seus objetivos (que é a obtenção de lucro) e se ele diminui, há algo de errado com o crescimento do negócio.¹⁹ Outros pontos positivos são a facilidade de comparação que o investidor possui para com empresas do mesmo setor, pois elimina a estrutura da dívida de capital do efeito de cálculo. Pode servir como base para a comparação entre os perfis de rentabilidade de empresas de setores diferentes também (DIAZ, 2002). Porém, como adendo de Assaf Neto (2015), fica o ponto de atenção para se levar em conta outros critérios de avaliação ao comparar empresas que vivem economias muito diferentes, e que tem uma abrangência de política fiscal e tributária diferenciada. Nesse comparativo de despesas nos resultados operacionais líquidos, os valores evidenciam o potencial de caixa, sem a intervenção das regras e normas impostas pelas diferenças de localidade.

¹⁷ Disponível em

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lucros_antes_de_juros,_impostos,_deprecia%C3%A7%C3%A3o_e_amortiza%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

¹⁸ Disponível em <<https://www.blbbrasil.com.br/blog/o-que-e-ebitda-como-calculer/>>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

¹⁹ Disponível em <<https://www.blbbrasil.com.br/blog/o-que-e-ebitda-como-calculer/>>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

Um detalhe a ser observado é que o EBITDA pode dar uma falsa impressão de liquidez do negócio. Mesmo com bons retornos no resultado do cálculo, certas despesas podem influenciar de forma substancial a liquidez da organização. Então, ao utilizar o EBITDA, é fundamental associá-lo a outros instrumentos de análise, para garantir uma análise em conjunto da real situação da empresa.²⁰

Como pontos negativos, são ditos que apenas sejam utilizadas as análises do índice para empresas que tenham em sua posse ativos de longa duração, sendo um risco avaliar empresas com ativos de curta duração, ou que estão passando por mudanças tecnológicas em sua estrutura. Por suas limitações, também é recomendada a sua análise somente em empresas com baixo risco de crédito, que não tenham grandes apostas em novos produtos no mercado, ou em fase de crescimento exponencial, tudo por conta de sua possível volatilidade, que pode refletir bons resultados em alguns períodos, e outros não tão bons posteriormente. Outro fato interessante é que o EBITDA não absorve o dado da necessidade de financiamento dos seus recebíveis, para compensar a capacidade de investimentos no processo produtivo do negócio. Para faturar, a empresa precisa vender mais, e produzir mais. Neste cenário, nem sempre é possível contar com o dinheiro em caixa, sendo necessária a busca por financiamentos deste valor, para suprir demais gastos, e manter sobras de dinheiro. Ele ainda ignora a reposição dos ativos da empresa, pois, com o tempo, existe todo o desgaste e manutenção destes, sem considerar os avanços tecnológicos que fazem com que seja necessário sempre se manter atualizado (DIAZ, 2002).

O EBITDA é considerado um fluxo de caixa operacional, que é apurado antes do cálculo do Imposto de Renda. Como parte das receitas descritas podem ainda não terem sido recebidas, como parte das despesas serão desembolsadas, o indicador não representa, de fato, o valor disponível em caixa. Então, pode-se interpretá-lo como um medidor da geração futura de caixa, utilizando-se dos ativos operacionais. Uma das propostas do EBITDA é ter o reconhecimento de se tornar uma medida de análise financeira globalizada, pois não depende do uso de outros métodos reconhecidos atrelados ao índice, pois apresenta de uma forma pronta e clara os caminhos gerais que a empresa está tomando (ASSAF NETO, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta etapa apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para obter as informações necessárias para conclusão desse estudo. São demonstrados a maneira que a amostra estudada foi selecionada e como os dados foram coletados.

Quanto ao objetivo desta pesquisa, a mesma classifica-se como exploratória.

De acordo com Gil (2006), o objetivo de uma pesquisa exploratória é entender melhor sobre o assunto ainda pouco conhecido ou explorado, se constitui em um tipo de pesquisa bem direcionada, sendo comum assumir a forma de um estudo de caso.

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa.

Ao discutir as características da pesquisa qualitativa, Creswel (2007, p. 186) chama atenção para o fato de que, “na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos”.

Para Gil (2006), o estudo de caso é caracterizado pela investigação exaustiva e profunda de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, o que mediante os outros tipos de delineamentos é mais difícil de se atingir.

²⁰ Disponível em <<https://www.blbbrasil.com.br/blog/o-que-e-ebitda-como-calcular/>>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

O método de coleta adotado no estudo caracteriza-se como observação.

Creswel (2007) explica que a observação é um método de análise visual que consiste em se aproximar do ambiente natural em que um determinado fenômeno ocorre, visando chegar mais perto da perspectiva dos sujeitos investigado, onde é preciso aplicar um controle sistematizado, o que implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho a ser realizado.

Os dados analisados e utilizados para desenvolver este trabalho são da empresa Tesla Inc., que, dentre vários empreendimentos, possui a Tesla Motors, sendo uma empresa automotiva com o conceito de desenvolvimento de carros elétricos. Com sua fundação em 01 de Julho de 2003, na cidade de São Francisco, Califórnia, Estados Unidos, a intenção dos engenheiros Martin Eberhard e Marc Tarpenning, era de criar veículos totalmente elétricos e acessíveis à população em geral, algo ainda não naquela época. Atualmente, Elon Musk é o CEO da companhia, que além da produção de carros elétricos, também tem a premissa de torná-los totalmente autônomos ao longo do tempo, e ainda conta projetos de sustentabilidade, com a parte de armazenamento de energia e a produção de painéis solares, juntamente da comercialização de baterias industriais.^{21 22}

Os dados coletados diretamente com a empresa objeto de Estudo de Caso foram analisados com foco na identificação dos controles internos relacionados ao controle gerencial de custos da própria empresa.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CAVALCANTE, Prof. Francélio. **Demonstrações Contábeis - Elaboração e Análise**. CRC SE, 2017. Disponível em: <http://www.crcse.org.br/arquivos/palestras/analise_demonstracoes_contabeis2017.pdf/>. Acesso em: 03 de maio de 2019.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis: Estrutura e Análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Demonstrações contábeis** (ou financeiras). Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracoescontabeis.htm/>>. Acesso em: 07 de maio de 2019.

²¹ Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tesla_Motors/>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

²² Disponível em <<https://canaltech.com.br/empresa/tesla/>>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Análise das demonstrações financeiras**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/analisedemonstracoesfinanceiras.htm/>>. Acesso em: 07 de maio de 2019.

SÓ CONTABILIDADE. **Classificação das contas no BP**. Disponível em: <https://www.socontabilidade.com.br/conteudo/BP_classificacao.php/>. Acesso em: 08 de maio de 2019.

TREASY. **IFRS x BR GAAP x US GAAP**: como as normas da contabilidade internacional influenciam na gestão orçamentária? Disponível em: <<https://www.treasy.com.br/blog/ifrs-x-br-gaap-x-us-gaap-gestao-orcamentaria/>>. Acesso em: 09 de maio de 2019.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Demonstração do resultado do exercício (DRE)**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/demonstracaodoresultado.htm/>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC/>>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **About the FASB**. Disponível em: <<https://www.fasb.org/jsp/FASB/Page/SectionPage&cid=1176154526495/>>. Acesso em: 16 de maio de 2019.

EGESTOR. **Demonstração do resultado do exercício (DRE): saiba tudo a respeito**. Disponível em <<https://blog.egestor.com.br/demonstracao-do-resultado-do-exercicio-dre-saiba-tudo-respeito/>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **NBC T.3.2** – conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações contábeis - Balanço Patrimonial. Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t32.htm/>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **NBC T.3.3** – conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações contábeis - Demonstração do Resultado. Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t33.htm/>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 6.2** – da divulgação das demonstrações contábeis. 6.2 - do conteúdo das Notas Explicativas. Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t62.htm/>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

VASCONCELOS, Tiago de. **O processo de convergência do CPC PME/ IFRS SME sob a ótica do interacionismo simbólico**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017. Disponível em <<http://fatecosasco.edu.br/fatecosasco/ojs/index.php/remipe/article/view/61/64/>>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Análise das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Demonstrações contábeis consolidadas em IFRS** - estudo de caso do banco J.P. Morgan S.A.. Disponível em <<http://www.jpmorgan.com.br/jpmpdf/1320745144458.pdf/>>. Acesso em: 25 de maio de 2019.

COSTA, Marcelo Alvaro da Silva; SOUSA, Antonio Carlos; SOUSA, Ana Carolina Cardoso; CÍPOLA, Fabrício Carvalho. **Desempenho de empresas socialmente responsáveis**: uma análise por

índices contábil-financeiros. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em <<https://producaoonline.org.br/rpo/article/view/59/59/>>. Acesso em: 28 de maio de 2019.

TÉLES, Cristhiane Carvalho. **Análise dos Demonstrativos Contábeis - Índices de Endividamento**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2003. Disponível em <http://www.peritocontador.com.br/artigos/colaboradores/Artigo_-_ndices_de_Endividamento.pdf/>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

DASILVA, Maria Angélica Ferreira; DUQUE, Andréa Paula Osório; SOARES, Jorge de Abreu. **Convergência e harmonização das normas contábeis internacionais: vantagens e desvantagens**. Juiz de fora: Anais do Congresso de Administração, Sociedade e Inovação, 2016. Disponível em <<https://www.even3.com.br/anais/casi/36742-convergencia-e-harmonizacao-das-normas-contabeis-internacionais--vantagens-e-desvantagens/>>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis: Estrutura e Análise**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FREZATTI, Fábio. **Indicadores financeiros de longo prazo: comparação entre o retorno sobre o investimento e o lucro residual**. Revista de Administração, São Paulo v.36, n.1, p.35-45, 2001. Disponível em <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/16558/indicadores-financeiros-de-longo-prazo--comparacao-entre-o-retorno-sobre-o-investimento-e-o-lucro-residual/i/pt-br/>>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, 2015.

DEBASTIANI, Carlos Alberto; RUSSO, Felipe Augusto. **Avaliando empresas, investindo em ações: a aplicação prática da análise fundamentalista na avaliação de empresas**. São Paulo: Novatec Editora, 2008. Disponível em <[IÇO, José Antônio; BRAGA, Rosalva Pinto. **EBITDA: Lucro ajustado para fins de avaliação de desempenho operacional**. Revista Pensar Contábil. Rio de Janeiro: CRCRJ, ano III, n. 10, Novembro de 2000/Janeiro de 2001. Disponível em <<http://www.peritocontador.com.br/heber/Ebitda2.pdf/>>. Acesso em: 07 de junho de 2019.](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=WX05DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=Avaliando+empresas,+investindo+em+a%C3%A7%C3%B5es:+a+aplica%C3%A7%C3%A3o+pr%C3%A1tica+da+an%C3%A1lise+funda+mentalista+na+avalia%C3%A7%C3%A3o+de+empresas.&ots=e8CBY75Pjj&sig=11XH6kidbOblbD3A7NwluZ50N8#v=onepage&q=Avaliando%20empresas%2C%20investindo%20em%20a%C3%A7%C3%B5es%3A%20a%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20pr%C3%A1tica%20da%20an%C3%A1lise%20fundamentalista%20na%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20empresas.&f=false/>. Acesso em: 06 de junho de 2019.</p></div><div data-bbox=)

DIAZ, Fábio Paniza. **EBITDA - “Uma Visão Crítica”**. São Paulo: EAESP/FGV, 2002. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5742/1200202336.pdf/>>. Acesso em: 07 de junho de 2019.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

REDE JORNAL CONTÁBIL. **Você conhece os índices de endividamento? Fique atento ao grau de dívidas da sua empresa**. Disponível em <<https://www.jornalcontabil.com.br/voce-conhece-os->

indices-de-endividamento-fique-atento-ao-grau-de-dividas-da-sua-empresa/>. Acesso em: 08 de junho de 2019.

PORTAL DE AUDITORIA. **Análise de balanço**. Disponível em <<https://portaldeauditoria.com.br/analise-de-balanco/>>. Acesso em: 08 de junho de 2019.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Índices de rentabilidade**. Disponível em <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/indices-de-rentabilidade/20009/>>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

CONTABILIVRE. **O que são e como calcular os índices de rentabilidade?** Disponível em <<https://news.contabilivre.com.br/indices-de-rentabilidade/>>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

Software Avaliação. Indicadores de rentabilidade – lucro ou prejuízo? Saiba calcular! Disponível em <<https://blog.softwareavaliacao.com.br/indicadores-de-rentabilidade/>>. Acesso em: 13 de junho de 2019.

WIKIPÉDIA. **Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lucros_antes_de_juros,_impostos,_deprecia%C3%A7%C3%A3o_e_amortiza%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

BLB BRASIL. **EBITDA**: o que é, qual é a sua fórmula e como calcular? Disponível em <<https://www.blbbrasil.com.br/blog/o-que-e-ebitda-como-calcular/>>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **O Conselho**. Disponível em <<https://cfc.org.br/oconselho/>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

WIKIPÉDIA. **Tesla Motors**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tesla_Motors/>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

CANALTECH. **Tudo sobre Tesla**. Disponível em <<https://canaltech.com.br/empresa/tesla/>>. Acesso em: 24 de junho de 2019.